DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 7464/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/337/2019
PROTOCOLO	: 1952681
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA - REQUISITOS LEGAIS ATENDIDOS - PROVENTOS INTEGRAIS - REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame, o ato concessão de **Aposentadoria Voluntária**, concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao Servidor **Luiz Roberto Nogueira Veiga**, inscrito no CPF sob o n.º 018.605.288-05, titular efetivo do Cargo de Professor - 20h.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à análise dos documentos que compõem o feito, a Divisão Especializada **"ANA – DFAPP – 5041/2020" fls. 69-70**, e o Representante do Ministério Público de Contas **"PAR - 4ª PRC - 6363/2020" fl. 71**, manifestaram pelo **registro** do Benefício Previdenciário (aposentadoria) em apreço, à medida que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruídos os autos, passo ao exame do mérito.

Compulsando-se os autos e os documentos que o instruem, verifica-se que o benefício – Aposentadoria Voluntária – foi concedido em conformidade com a

legislação pertinente, sendo que o servidor preencheu todos os requisitos necessários à concessão do ato.

Os proventos a perceber na inatividade foram fixados integralmente, calculados conforme as normas constitucionais e legai, cujas parcelas estão corretamente discriminadas em Apostila de Proventos (fl. 66), com fulcro no artigo 73, incisos I, II, e III, parágrafo único, combinado com o artigo 78, todos da Lei 3.150, de 22 de dezembro de 2005, atos que conduzem ao registro da aposentadoria.

Mediante ao exposto, **DECIDO** nos seguintes termos:

I – Pelo **REGISTRO** da **Aposentadoria Voluntária**, concedida pela Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul ao Servidor **Luiz Roberto Nogueira Veiga**, inscrito no CPF sob o n.º 018.605.288-05, conforme Portaria "P" Ageprev n. 1.741, publicada no Diário Oficial Eletrônico em 19.11.2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n° 160/2012;

II – Pela **REMESSA** dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar nº 160/2012, e, encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, "a", do RITC/MS.

É a decisão

Campo Grande/MS, 24 de setembro de 2020.

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA

GLX